

# Greve inoportuna

**O** mínimo que se pode dizer a respeito da greve da Polícia Civil, ontem iniciada, é que peca pela inoportunidade. Não há dúvida de que muitas das reivindicações têm procedência, mas é sabido que os grevistas não levaram em conta dois pressupostos fundamentais: o interesse público e o sentido extremo da opção que fizeram.

A Constituição consagra o direito de greve, e ninguém ignora que é um direito legítimo do trabalhador. Mas isso não exclui o fato de tratar-se de recurso empregado quando se esgotam todas as outras hipóteses — o que, claramente, não aconteceu.

O diálogo com o Governo do Distrito Federal (GDF) mal se iniciara. As reivindicações, porém, foram postas em tom definitivo e radical, sem que houvesse espaço para contrapropostas. Fica a desconfiança de que as lideranças dos grevistas buscavam exatamente evitar o diálogo, num jogo de cartas marcadas, de sentido nitidamente político.

Se é verdade que as condições de trabalho da polícia no Brasil estão aquém das necessidades, vale lembrar que, numa visão comparativa, a polícia de Brasília é das mais favorecidas. Ganha mais que a maioria de suas congêneres nos estados e, não obstante estar longe de dispor de condições ideais de trabalho, é também, entre as polícias brasileiras, das menos desequipadas.

O agravamento da criminalidade na capital da República, fartamente demonstra-

do pela imprensa nas últimas semanas, tornou mais que nunca indispensável a presença ostensiva da autoridade policial nas ruas.

Sua omissão, neste instante, aumenta a intranquilidade da população, já de si vítima de um serviço de segurança precário, que frequentemente a torna refém da violência e do crime. Mais que nunca, esse quadro está presente.

A pergunta que a população faz é uma só: se com a polícia trabalhando na plenitude de suas condições e mão-de-obra não tem sido possível deter o avanço do crime e da violência no Distrito Federal, que dirá agora, quando anuncia que está em greve?

Nada pode estimular mais a criminalidade que a certeza da impunidade. O sentido missionário do ofício policial não pode ser desprezado quando se toma decisão de tal gravidade, sobretudo em momento tão delicado para a comunidade.

A impressão que fica é que as lideranças grevistas buscaram se servir do quadro de insegurança da população para constranger o GDF a atender suas reivindicações.

Em vez de o clamor público por mais segurança inibir a greve, tornou-a, inversamente, um trunfo dos policiais grevistas, que imaginam ter aumentado seu poder de barganha. A isso chama-se de greve política. O governo é o alvo, mas a vítima, inevitavelmente, é a sociedade, que a ambos sustenta com seus impostos.

O interesse público foi mais uma vez desprezado.